



<http://www.smagalhaes.com.br/br/noticias/ministro,-prefeito-e-empresarios-se-unem-por-novo-/899>

Ministro, prefeito e empresários se unem por novo acesso ao Porto

O ministro dos Portos, Edinho Araújo, o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, e empresários do complexo marítimo defendem a construção de novos acessos rodoviários à Margem Direita do cais (parte de Santos). Para eles, a necessidade destas intervenções ficou ainda mais evidente após o incêndio que atingiu os tanques da Ultracargo, no Distrito Industrial da Alemoa, no último dia 2. Por conta do combate às chamas, o viaduto da Alemoa, único acesso à Margem Direita, ficou bloqueado por cinco dias, causando incontáveis prejuízos à atividade portuária.

A defesa dessas obras ocorreu durante reunião entre as autoridades e os empresários portuários no final da tarde de sexta-feira (10), na sede de A Tribuna, na Cidade. O encontro foi promovido pelo Santos Export - Fórum Internacional para a Expansão do Porto de Santos, tradicional seminário do setor portuário realizado pelo Sistema A Tribuna de Comunicação e pela Una Marketing de Eventos.

Também estavam presentes representantes das associações brasileiras de Terminais Portuários (ABTP), de Terminais de Líquidos (ABTL), de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA), da Praticagem e de empresas de Navegação. Ainda participou o presidente da Associação Comercial de Santos, Roberto Clemente Santini.

Estimativas da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) apontam que entre 12 mil e 18 mil caminhões deixaram de acessar o cais santista durante os cinco dias em que o tráfego de veículos pesados ficou interrompido na Margem Direita, devido ao incêndio. As instalações em chamas ficam às margens da Avenida Augusto Barata, o único acesso rodoviário a essa parte do Porto.

“É preciso encontrar caminhos, com a participação dos governos Municipal, Estadual e Federal, para que nós venhamos a realizar as obras que são fundamentais e extremamente necessárias. Há um estrangulamento, um gargalo e quando acontece um acidente destas proporções, como esse incêndio, nós temos que limitar ainda mais um acesso que já é deficiente tendo em vista a pujança da Cidade, do ir e vir das pessoas e sobretudo do escoamento da produção brasileira, que passa pelo Porto de Santos”, destacou o ministro.

As obras seriam executadas pelas três esferas de poder. A parte da Rodovia seria executada pelo Estado. Já a ligação com o Porto ficaria com a União. A Prefeitura faria as obras viárias na área municipal.

Para o prefeito de Santos, os impactos causados pelo incêndio são uma oportunidade para mostrar a necessidade urgente das intervenções. Por isso, ele pediu uma audiência com a presidente Dilma Rousseff para mostrá-la as consequências do incidente. “Na questão de acessibilidade ao Porto, essa é uma demanda bem antiga e a gente tem lutado por ela desde o primeiro. Toda a nossa discussão tem sido feita baseada na importância que Santos tem para o Brasil e esse incêndio acabou refletindo essa importância. Tivemos o comprometimento da economia nacional. Santos é o porto mais importante do Brasil e é inadmissível que ele tenha só um acesso”.

Alternativas viárias

O presidente da Associação Comercial de Santos, Roberto Clemente Santini, destacou a necessidade de alternativas viárias a serem implantadas em curto prazo para garantir o acesso das cargas aos terminais do Porto. E também apontou a importância da construção do túnel submerso que ligará Santos e Guarujá como uma segunda opção para o acesso ao complexo.

“É preciso se pensar em rotas alternativas já planejadas para serem utilizadas em caso de eventuais problemas”, destacou o presidente da ACS.

Outra conclusão do encontro é a viabilização de um gabinete permanente de discussões portuárias. A ideia é que as instalações estejam preparadas para atuar em caso de necessidade, como um eventual novo incêndio. Para o presidente da Codesp, Angelino Caputo e Oliveira, o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) é o local mais adequado, onde todos os agentes podem se reunir para discutir as soluções para o cais santista.



De: A Tribuna - 16/04/2015